

# RESENHA BIBLIOGRÁFICA

---

SODRE' (Nelson Werneck). — **Formação Histórica do Brasil**. Editora Brasiliense. São Paulo. 1963.

“Não é éste, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política” “...Não a separe, pois, do trabalho que vai ler; ela paz parte dêste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma”.

Trecho do prefácio do livro que nos coloca frente ao autor, conhecendo a sua participação ativa dentro da obra, levando o leitor à análise mais precisa da situação brasileira vista por um novo ângulo.

Para melhor colocarmos o leitor no domínio da obra, julgamos conveniente apresentá-la em suas unidades distintas, que compuseram o curso de “Formação Histórica do Brasil”, ministrado pelo autor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. A Introdução do livro trata, em sua primeira parte, da **Sociedade e suas Transformações**, na qual o Autor esquematiza os diferentes estágios da sociedade universal através da interrelação entre classes sociais, propriedade, trabalho, produção e consumo. De maneira simples e clara nos dá perfeita noção da evolução das sociedades, colocando-nos a par do processo histórico, partindo da “comunidade primitiva” até as complexas manifestações da sociedade atual, nas suas intrincadas inter-relações sócio-econômicas.

Nos itens seguintes da Introdução o Autor observa a “Liquidação do Feudalismo”, mostrando o papel exercido pelos árabes, na sua invasão do Ocidente e o fluxo mercantil iniciando-se e transformando a ética medieval. A última etapa da Idade Média, que se caracteriza pelo desenvolvimento do mercantilismo e o renascimento urbano, contribui para o reaparecimento rápido do comércio, resultado da mudança anteriormente iniciada de “A contribuição do servo ao senhor que deixou de ser em espécie para ser em dinheiro”. A centralização do poder monárquico, ao lado do desenvolvimento comercial vão decretar a mudança do “mundo feudal”. Após as cruzadas o Mediterrâneo volta a exercer o papel anteriormente realizado, qual seja o de servir de rota comercial por excelência. No item destinado ao “Mercantilismo em Portugal”, faz uma análise rápida da própria História de Portugal, dando ênfase ao comércio ultramarino e às descobertas do século XV e XVI. O comércio, a troca desenvolve-se. No item “Feudalismo e Colonialismo”, Werneck Sodré procura distinguir claramente o problema da passagem do mundo feudal para o estado moderno, sem considerar, entretanto, que o modo feudal de produção transformou-se no modo capitalista de produção.

Cremos de interesse para o leitor o conhecimento da passagem seguinte, à pág. 27:

---

(\*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (**Nota da Redação**).

...“A confusão deriva de um ângulo formal, da admissão de existência, no reino luso, de uma classe burguesa, que teria empresado os descobrimentos, depois de ter empresado a unificação e a conquista territorial dos árabes. Em Portugal não havia, então, modo capitalista de produção e não havia, em consequência, burguesia como classe dominante, embora tenha havido, e com papel de relêvo, um grupo mercantil relativamente importante e com papel, seja na unificação, seja na conquista territorial, seja na expansão navegadora e nas conquistas ultramarinas. A existência de um grupo mercantil não pode ser confundido com a existência de uma classe social, a burguesia. Nem existe associação causal entre a antecipação no aparecimento de um grupo mercantil e a antecipação no triunfo burguês, como não há relação causal entre capitalismo e capital comercial, este como antecedente obrigatório daquele”...

“O que é indubitável é a presença, em Portugal, de um grupo mercantil ativo e relativamente poderoso”.

Analisa muito bem a atuação desse grupo mercantil na grande empresa que foi a do comércio ultramarino e a exploração dos produtos nativos e dos cultivados.

As Empresas de Navegação e o seu papel na troca dos produtos tropicais ou “gêneros coloniais” no Reino e na Europa está, também, muito bem colocado, nesta introdução à “Formação Histórica do Brasil”.

A segunda grande unidade é dedicada à Colonização e está subdividida em: O Acidente da colonização, A Solução açucareira, O Investimento Inicial, Caracterização colonial, Caracterização escravista, Montagem da colonização, o Monopólio colonial, a Luta contra o monopólio. O item 1 não traz em seu bôjo muitas novidades, exceto a colocação de alguns problemas.

A Solução Açucareira traz-nos esquemas muito interessantes, colocando-nos de maneira fácil em contacto com problemas anteriormente vistos, mas agora propostos de maneira mais atuante e clara. O regime escravista é pôsto em face aos problemas açucareiros e interpretados de maneira bastante fiel.

Os problemas do capital a ser empregado inicialmente e as soluções trazidas para o mundo americano, inclusive o das capitánias nos é exposto por Werneck Sodré de maneira concisa e clara, dando-nos, se não o melhor, ao menos um dos melhores retratos de nosso Brasil Colonial, e sua economia. Considera à pag. 69, como problema fundamental o do trabalho

...“O Colonizador encontra no Brasil o regime da comunidade primitiva, no qual não havia mercadoria...”.

...“O indígena não conhecia a atividade agrícola, como o colonizador a encarava”. O grande problema é, no entanto, o “Investimento Inicial”.

Na sua “Caracterização Colonial” vemos de maneira sucinta tôda a estrutura da colônia, montada no seu início sôbre as Capitánias e a partir daí as condições essenciais e as maneiras de produção.

Daí: a grande propriedade; modo escravista de produção e regime colonial como a **estrutura da produção**, em suas grandes linhas.

Os três itens finais da grande unidade nos mostram como se montou toda colonização e de que maneira passou o sistema de produção e comércio da livre iniciativa ao monopólio da corôa, bem como os princípios da emancipação a êsse monopólio. O problema está bem colocado e se presta muito para nos fazer pensar nos caminhos seguidos pelos colonizadores e exploradores da terra brasileira.

**Expansão** — outra grande unidade — na qual o autor estudou os problemas brasileiros, desde o início da nossa expansão interior com os Vicentinos e percorrendo a conquista, através da pecuária e do ouro, observando e analisando os diferentes pontos de um território sendo conquistado desde diferentes pontos de um território sendo conquistado desde o Maranhão até o sul.

**Na Independência** — Analisa muito bem os problemas ligados a o declínio colonial e as impressões sócio-culturais internas e externas, mostrando-nos o papel da Revolução Industrial, o processo em marcha e os problemas existentes no período das **Regências**.

Da mesma maneira estuda o Império, que o autor considera iniciado com o golpe da Maioridade, vendo no decorrer dos anos de governo de Pedro II todos os problemas inerentes à Escravidão, à Economia, à Sociedade e de que maneira tais elementos levaram o regime ao fim.

**Na República** — outra grande unidade da obra de Werneck Sodrê, o Autor observa o período republicano desde o advento da República, o qual êle vê como um acontecimento sereno e tranqüilamente recebido até Vargas. O Autor procurou não dar, nesta parte, todo o papel histórico da chamada Primeira e Segunda República, preparando-nos para o último tema a ser abordado.

**A Revolução** — Nesta unidade muita informação preciosa nos é fornecida, inclusive dados estatísticos interessantes, incluindo-se as importações e exportações de café, em relação a outros produtos; a nossa produção; as relações exteriores. Além disso, coloca-nos a par de certos problemas atuais como: a remessa de lucros dos capitais estrangeiros, o qual é colocado numa tabela ao lado de aluguéis, comissões, lucros, serviços técnicos, etc., à pág. 379.

O trabalho está bem elaborado, a impressão excelente. A leitura se torna agradável e as notas, acrescentadas no final de cada capítulo, enriquecem sobremaneira a obra, reforçando-a e alicerçando pontos de vista do Autor. Um livro bom e indispensável nas bibliotecas dos estudiosos de nossa História e de nossa Historiografia.

**JOSE' SEBASTIÃO WITTER**

\*

\* \*

**As Gavetas da Torre do Tombo**, 3 vols. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1963.

Subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, instituição que vem sendo responsável por notável incremento da pesquisa científica em Portugal e em inúmeros países, o Centro de Estudos Históricos

Ultramarinos de Lisboa incluiu em seu excelente programa de publicações, a coleção chamada **Gulbenkiana**, cujos tomos vêm sendo recebidos com o mais caloroso aprêço pelos historiadores interessados na pesquisa sobre o Portugal ultramarino.

Na referida coleção já foram lançados seis volumes, todos apresentando documentação de grande interesse para a história ultramarina de Portugal. Três desses volumes têm o título de **Documentação Ultramarina Portuguesa** e compreendem os documentos conservados em bibliotecas e arquivos estranhos a Portugal, mas de valor para a sua história. Nos volumes em questão foram aproveitados documentos do Museu Britânico, da Biblioteca Nacional de Madrid e do Arquivo Geral de Simancas, os quais segundo o critério que preside a coleção, são transcritos em seu texto integral desde que se refiram ao ultramar, enquanto que dos manuscritos que dizem respeito à metrópole indica-se apenas o sumário. Sobre eles voltaremos a falar numa próxima resenha.

Os três outros volumes da **Gulbenkiana**, que são objeto desta nota, intitulam-se **As Gavetas da Torre do Tombo** e compreendem o inventário feito em nada menos de 14 das 25 gavetas do grande arquivo nacional português. Trata-se, conforme nos informa o prof. Silva Rêgo na **Introdução** que fez ao primeiro volume, de um dos conjuntos documentais mais antigos que existem na Torre do Tombo.

A sua denominação se liga à peça do móvel em que antigamente eram conservados esses documentos, cuja natureza e origem é das mais variadas, tratando também dos assuntos mais diversos, tanto metropolitanos quanto coloniais, de interesse não apenas para Portugal como para toda a Europa.

O excelente trabalho das leitoras-paleógrafas do Centro foi completado pela elaboração dum índice cronológico dos documentos, cujo texto integral foi publicado. Anuncia o orientador da obra, que no último volume estarão contidos os índices geográfico, onomástico e ideográfico, o que sem dúvida dá um alcance excepcional a tão valiosa coleção.

Dos três volumes publicados fizemos um inventário dos documentos de interesse mais direto para a História do Brasil. O resultado foi verificarmos que no primeiro volume há apenas um documento do século XVI: uma carta de Brás Cubas datada de Santos em 25 de abril de 1562, na qual êle dá notícias da descoberta de ouro e pedras preciosas a el-rei D. Sebastião (gaveta II, maço 6, documento 22).

Do século XVII há no mesmo volume três documentos: uma lei de 21 de fevereiro de 1620, pela qual D. Filipe II mandava que os governadores do Estado do Brasil assistissem na Bahia de Todos os Santos (gaveta II, maço 4, documento 34); dois manuscritos pertencentes ao reinado de D. Pedro II, sendo um a Lei de 8 de março de 1694 (gaveta II, maço 4, documento 8) disciplinando assuntos monetários, sobre o que versa também o outro, um alvará de 19 de dezembro de 1695 (gaveta II, maço 4, documento 4). São mais numerosos os documentos do século XVIII, sendo que o mais antigo data de 1711 e o mais recente de 1734. Constituem todos leis promulgadas

por D. João V, visando em sua grande maioria disciplinar a mineração no Brasil, através do combate à sonegação e do aumento e eficiência da arrecadação fiscal. Todos pertencem à gaveta II, maço 4. Fazem exceção ao assunto dessas leis as de 20 de março de 1736, pela qual el-rei estabelecia um limite no número de navios que podiam ir das ilhas para o Brasil, e de 20 do mesmo mês e ano, pela qual era proibida a remessa de tabaco do estrangeiro para as **conquistas** portuguesas.

No volume segundo, temos apenas três documentos: 1. uma sentença datada de 5 de maio de 1557 contra Jorge de Figueiredo, capitão da capitania de São Jorge do Rio dos Ilhéus, atingindo ainda Lucas Giraldes e Fernando Álvares no tocante ao pagamento da dizima na Alfândega de Lisboa, sobre as mercadorias que viessem daquela capitania (gaveta X, maço 1, documento 12); 2. sentença pela qual el-rei foi “absolto” das dez léguas que Manuel Coutinho Pereira pedia na costa do Brasil (gaveta X, maço 11, documento 17) e, finalmente, 3. uma escritura datada de 6 de abril de 1718, a qual se refere à compra que D. João V fizera da capitania do Espírito Santo a Cosme Rolim de Moura (gaveta III, maço 1, documento 20).

Quanto ao terceiro volume, é o mais pobre no tocante ao Brasil, pois apresenta apenas um documento: O juramento feito pela cidade da Bahia a el-rei D. Filipe I, em 19 de maio de 1582. Está na gaveta XIII, maço 7, documento 18.

Continua assim o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos cumprindo um ambicioso e exemplar programa, que visa colocar ao alcance dos historiadores, não só os riquíssimos recheios dos arquivos portugueses, como se outros vários arquivos espalhados pelo mundo, que contenham documentação de interesse para a história da nação lusitana, e direta ou indiretamente, para a história de inúmeros outros países.

**JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA**

\*

\* \*

IRIA (Alberto). — **Da navegação portuguesa no Índico no século XVII.** Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1963, 309 págs.

Valendo-se do opulento acervo documental conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, cuja direção está entregue à sua alta competência, o historiador português Alberto Iria acaba de dar-nos valiosa seleção de textos manuscritos, em sua maior parte inéditos, referentes à empresa efetivada por Portugal no século XVII no Oceano Índico.

A obra é enriquecida pelo extenso **preâmbulo**, que se intercala ao longo do amplo inventário, em ordem cronológica, dos documentos ligados àquêle oceano.

Este trabalho resultou da comunicação que o autor fez ao **II Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico**, realizado simultaneamente com o **VI Colóquio Internacional de História Marítima**, no período de 13 a 20 de agosto de 1962, em Lourenço Marques, capital de Moçambique (conforme o número especial que a revista **Stvdia** dedicou a ambos os conclaves).

Limitando ao século XVII a coleta dos documentos que comentou, isso por força do fato de ser este o período em que a documentação daquele Arquivo sobre o Oriente português é a mais rica, o autor fez assim coincidir o seu trabalho com um período bastante significativo para a história da navegação portuguesa, cujos domínios já anteriormente consolidados, apresentavam nessa altura entretanto cada vez mais pronunciado declínio, sob a disputa de diferentes nações, particularmente a Holanda, que interessadas naqueles mercados, perpetravam sucessos que implicavam a própria sobrevivência do império português na área afro-asiática.

Dessa maneira, o trabalho do autor representá contribuição indicativa de fontes das mais sugestivas para o estudo dos historiadores, responsáveis já estes pela formação de uma biblioteca de alto nível sobre a presença portuguesa no Índico.

Problemas bastante interessantes nos sugerem os textos documentais ora coligidos. No tocante à **Carreira da Índia** vêm eles trazer precioso conjunto de informações sobre os vencimentos e vantagens das tripulações, passageiros regulares e clandestinos, processos de recrutamento para preenchimento dos “claros” a bordo, reparos das naus, problemas de navegação, identificação de tripulantes, abastecimento, motins a bordo, além de inúmeras notícias sobre os portos portugueses.

Permitirá também a indicação desta coleção de documentos, em sua maior parte constantes dos chamados **Papéis Avulsos** da Índia e de Moçambique, que se possam complementar ainda mais os levantamentos atinentes às viagens e aos barcos portugueses das grandes navegações, os quais vêm sendo realizados ao longo destes quatro séculos por vários autores que vão desde Luís de Figueiredo Falcão e Simão Ferreira Pais até Antônio Marques Esparteiro, este em nossos dias, como também àquêles levantamentos que se referem às tripulações e oficiais ligados à construção naval, que vão, desde Sousa Viterbo até Frazão de Vasconcelos, este já nosso contemporâneo.

Pela própria natureza da obra, como pelos objetivos que se propôs cumprir, teria sido mais trabalhoso, mas bastante mais útil ao leitor comum e ao especialista, que o autor ordenasse melhor o conjunto de documentos que reuniu, no sentido de dispô-los dentro da observância cronológica estrita que foi o processo aceito para a exposição, com uma divisão capitular que aliviasse o preâmbulo em benefício da amenidade da leitura, da compreensão e mesmo destinação do leitor mais interessado.

Assim, também, os recursos documentais e bibliográficos que poderiam ir ao encontro desses objetivos, seriam os índices de assuntos e onomástico.

Reclamará ainda o leitor mais interessado uma explicação do autor sobre o porquê de certos manuscritos terem merecido menor referência, ou quase tão-somente uma menção de passagem, enquanto que outros foram examinados com bem maior detenção. Isto porque nos dão impressão, os textos assim aparentemente rejeitados, que a sua conveniência é perfeita ao se pretender a compreensão de todos os ângulos daquela empresa náutica.

Por sua vez, a própria indicação dos manuscritos, quase sempre constantes de **Papéis avulsos**, acreditamos que mereceria mais detalhes, com a única finalidade de facilitar também o pesquisador interessado em tais documentos.

Referimo-nos ao esclarecimento sobre se se trata de manuscritos catalogados ou não, bem como sobre o número da caixa ou maço em que estão, pois, sem isto a localização do documento torna-se extremamente difícil e demorada, a não ser que os manuscritos da Índia estejam arquivados de tal modo que a simples indicação do ano seja suficiente para a sua pronta determinação, o que não deve acontecer, uma vez que o próprio autor menciona sempre a **capilha** (térmo que nos arquivos portugueses deve indicar o que nós chamaríamos aqui de **pasta**, e na qual se guarda um manuscrito ou maço de manuscritos), desde que ela trouxesse uma indicação útil ao leitor, como a data do documento por exemplo.

A amizade e admiração que temos pelo dr. Alberto Iria é que nos anima a estas observações construtivas para dar justamente maior alcance ao seu trabalho, já assim tão meritório, mas que com toda a certeza, pela premência de tempo de que dispôs para apresentá-lo, não pôde atender melhor a essas exigências.

Completam o volume 40 excelentes reproduções fotográficas de gravuras portuguesas e de outras nacionalidades, mapas, aquarelas e até mesmo uma tela a óleo, conservados também no Arquivo Histórico Ultramarino, que nos mostram bem a riqueza da iconoteca que há no Palácio da Ega.

Destacou ainda o autor vários documentos, como cartas, registros, despachos, relações, alvarás, assentos e requerimentos, que vão em apêndice, enriquecendo assim sobremaneira este seu último trabalho, que por sua vez acrescenta-se à excelente bagagem que ele já possui sobre a História de Portugal.

**JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA**

\*

\* \*

CAILLARD (Michel), DUVAL (M.), GUILLOT (Ph.) e GRICOURT (Mary). — *A travers la Normandie des XVIIe et XVIIIe siècles*. Introdução de Pierre Chaunu. Cahiers des Annales de Normandie, n.º 3, Caen, 1963.

Após o trabalho de Marthe Moricet (**Récits et Contes des Veillées Normandes**, C. A. N., n.º 2, 1963), os **Cahiers des Annales de Normandie** vêm de publicar mais um de seus substanciosos trabalhos, desta vez com apresentação do prof. Chaunu, o que vale dizer, com seu endosso. Os trabalhos apresentados são de quatro de seus jovens discípulos e espelham um método no trato de história social: nêles é tentado o ajustamento de um método ao mesmo tempo “cronológico, lógico e geográfico” (pg. 8).

Os temas dizem respeito às sublevações populares na Baixa Normandia, 1620-1640 (Caillard); “éléction” de Carentan, meados do séculos XVII e meados do século XVIII (Duval); economia e sociedade do litoral Orne-Seules (Guillot) e demografia, sociedade e religião em cinco paróquias de Petit Caux, de meados do século XVII ao fim do Antigo Regime (Gricourt).

O ponto de partida dos quatro estudos foi o trabalho de P. Goubert (**Le Beauvoisis de 1600 à 1730**, Paris, 1960) que trata, de uma maneira ampla, de uma Normandia complexa, variada e imensa. Os presentes estudos procuram dar alguns matizes regionais dêsse quadro amplo, mas relacionando-os com a conjuntura em que se inserem. Por exemplo, a revolta dos **Nu-pieds** é observada como pequena onda de um oceano cujas “lamas de fundo” são a Revolta boêmia, a Revolução inglêsa, a Fronda, etc. (pg. 11).

Ressalta no conjunto, entretanto, o trabalho de Michel Caillard, quer pelo tema, quer pelo método, quer pelas implicações de ambos: **Recherches sur les soulèvements populaires en Basse Normandie (1620-1640) et specialement sur la revolte des Nu-pieds**.

Com uma constância já definida no que refere a tensões sociais. (veja-se, por exemplo, já para o século XIV as descrições tão coloridas do cronista Froissart ou veja-se, posteriormente, durante as guerras de religião), a Normandia é caracterizada por Chaunu como a “Catalunha da França”: “reliquia de um mundo mudado que se recusa ceder às exigências de um grande estado moderno engajado no crescimento de suas necessidades pela dialética de uma grande política, dolorosa mas necessária, no século europeu do equilíbrio” (pg. 14). E essa política dolorosa fêz-se sentir agudamente na Baixa Normandia, principalmente através dos impostos.

As etapas da análise de Caillard são, no fundo, obedientes a um esquema clássico: aumento dos descontentamentos, as insurreições, distribuição geográfica e social das insurreições e, por fim, tentativa de explicação do processo. O nôvo do enfoque está, entretanto, na colocação da revolta de 1639 como um indicio de um estado de coisas que a Fronda virá a consagrar (aliás, entrevisto mas não enfatizado na análise sucinta do prof. É. Léonard, in **Histoire de la Normandie**, PUF, 1948, pg. 96 e segs.), assim definindo-se como mais uma característica para a conhecida periodização pela qual o prof. Chaunu vem se batendo, baseado nos movimentos de conjuntura (“a época moderna se divide “grosso modo” em três fases agrupadas em dois periodos, a linha de separação estando em tórno de 1640; a revolta dos **Nu-pieds** está nas propiléias duma nova Modernidade”.



pg. 3). Assim, a crise mundial de 1640 é a introdução para uma “série”, no seu vocabulário.

Apesar de terem sido feitos estudos de preços, impostos, receitas, repartição dos impostos pela generalidade de Caen, da peste, etc., sente-se o problema que representou o estabelecimento do fulcro da análise: **o que explica a revolta?** A gabela foi estendida a Avranches, Carentan e outras **éléctions**, representando ameaça para o presente e incerteza para o futuro (pg. 58) e, dessa maneira, ficando configurado o privilégio que representava essa taxação, e a polarização de forças que sua instituição motivou. O próprio autor julga os motivos causadores do levante “em si mesmos anódinos, mas de conseqüências enormes” (pg. 59), na medida em que deram início a uma cadeia de levantes nas cidades e no campo.

Percebe-se que os movimentos de conjuntura dizem muito, mas não dizem tudo. Os desacertos administrativos são analisados porém concede-se, com relutância, eficácia à luta de classes como caminho explicativo porque “paradoxalmente a dialética da luta de classes cuida menos dos **Va-nu-pieds** que de seu insucesso” (pg. 9, introdução). Não obstante, M. Caillard, na análise da implantação social das insurreições, afirma que a insuficiência da documentação atual não permite determinar a participação e o papel respectivo dos diferentes grupos sociais, quanto aos seus engajamentos efetivos e “cons-cientes” (pg. 67).

Para o campo, especificamente, vê a revolta como uma “mobilização psicológica dos camponeses baixo-normandos contra o impôsto” (pg. 49). Essa polarização, essa mobilização psicológica, instigada ou não (o que não fica claro), tem suas motivações explicadas de várias maneiras. Uma delas é, ainda, a luta de classes, não ao “comêço do processo, mas à chegada” (pg. 14). Há o sentido, não preciso aliás, de uma ação consciente do poder central freando a formação de uma estratificação de lutas de classes. Seria um momento oportuno para o estudo do processo de formação dessa consciência (mesmo que falsa) que está por trás da cadeia de levantes. Esse estudo é sugerido (pg. 9) e mesmo esboçado (cap. II, parte 1). Aí estaria, talvez, a chave da análise. No entanto, há um sentido de concessão a êsse elemento, o que tira a ênfase e a segurança do estudo, na medida em que lhe dá um caráter difuso.

Ao nível da política, Caillard analisa cuidadosamente os desacertos de Paris em relação à Baixa Normandia: o poder central aplica ao conjunto normando política válida apenas para a Alta Normandia. Também, através de superposição de mapas, há o estabelecimento de relação entre peste, supertaxação e levantes populares.

Faltaria estudar, a nosso ver, para melhor composição do processo sedicioso no campo, a conexão entre o regime de propriedade, técnicas de produção e a supertaxação: talvez nessa perspectiva poder-se-ia entender melhor o “sistema fiscal como o tendão de Aquiles do absolutismo francês” (pg. 43).

Em suma, numa análise quase sempre substantiva, vemos a revolta dos **Nu-pieds** ser explicada pela formação do Estado e a infla-

ção de suas exigências ao paroxismo da guerra européia; pelo **tour-nant** da conjuntura mundial, pela ruptura da hierarquia e equilíbrio das atividades e dos povoamentos (pg. 14), e por fim, como concessão, pela luta de classes.

Não há dúvida que o método adotado — na medida em que se utiliza quase exclusivamente de dados demográficos e financeiros — caracteriza com maior rigidez os processos e as tensões, dando caráter menos lírico ao trabalho do historiador. Restará saber se a radicalização da utilização desse método será eficaz no estabelecimento, por exemplo, da “mobilização psicológica” (pg. 49), fenômeno que aparece apenas como um dado na análise. Uma manifestação desse tipo não adquiriria sentido pleno para o historiador somente após a determinação da carga cultural que estivesse regulando essa mobilização?

Os três estudos restantes são, também, representativos desse estilo novo de trabalho que começa a se impor como um dos principais pontos de referência da historiografia atual.

**CARLOS GUILHERME SANTOS SERÓA DA MOTA**

\*

\* \*

BOEHRER (George C. A.). — **Apontamentos para a civilização dos índios bárbaros do Reino do Brasil**, por José Bonifácio de Andrada e Silva (edição crítica), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963, 93 págs.

A Agência Geral do Ultramar, a quem se devem tantos empreendimentos editoriais da mais alta significação para a história de Portugal e do Brasil, lançou o ano passado esta plaqueta num momento em que se comemorava o bi-centenário de nascimento do nosso **Patriarca da Independência**, comemorações essas que, diga-se de passagem, não tiveram, a nosso ver, no campo editorial brasileiro, a consideração que mereciam ter.

Embora relativamente vasta a bibliografia que possa servir à história do lento e geralmente violento processo de “civilização” dos indígenas brasileiros, em verdade muito ainda há por ser feito nesse sentido, particularmente no que diz respeito às pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, onde há copiosa documentação referente ao assunto, mostrando a preocupação que o govêrno metropolitano teve para com o problema.

Nesse sentido, os repertórios de leis, a correspondência religiosa e leiga, oficial e particular, etc., representam incalculável acervo de interesse histórico, cujo conhecimento, interpretação e reconstrução poderão proporcionar não unicamente as informações necessárias para a compreensão dos problemas relativos à integração das populações indígenas brasileiras às conquistas da colonização portuguesa aqui implantada, como também oferecer às ciências sociais um conjunto de elementos de grande valia para os estudos que, levando em

conta as áreas de cultura e os processos de “civilização”, pretendam considerar a realidade histórica pretérita, como base de entendimento da realidade coetânea.

Esta comunicação que José Bonifácio fêz aos seus pares de Lisboa, em 7 de março de 1822, enriquecida pelos comentários do prof. George Boehrer, é um exemplo do que estamos afirmando.

Só depois de tantos anos de sua apresentação é que o trabalho vem merecer uma edição crítica, cuja oportunidade nasce não apenas do fato de trazer ao conhecimento contemporâneo mais essa expressiva faceta do talento polimorfo do grande santista, mas principalmente por submeter à apreciação da crítica um texto de grande valor histórico, como testemunho dado sôbre o problema indígena por um dos brasileiros mais ilustrados do seu tempo.

Além do mais, já se tornava cada vez mais difícil conseguir-se a sua leitura. Possivelmente por essa raridade que as edições do texto anteriormente feitas foram tendo é que uma obra básica para a pesquisa bibliográfica sôbre os índios, como é o caso da **Bibliografia crítica da Etnologia Brasileira**, do prof. Herbert Baldus, nada registre sôbre os **Apontamentos** de José Bonifácio.

Entre os quarenta e quatro meios propostos por José Bonifácio para conseguir a “civilização” dos nossos silvícolas, há realmente medidas cujo alcance para a sua época merecem reflexão pelas dimensões de cultura e humanidade do seu autor.

O introdutor dos **Apontamentos** prefere, à página 17, aceitar como principal face do interesse britânico pela abolição da escravidão negra no Brasil, a sua propalada filantropia, quando se sabe que os motivos econômicos foram bastante ponderáveis.

No tocante às compilações de leis sôbre os índios, referidas na nota de rodapé da pág. 18, teria sido interessante que se arrolassem também as iniciativas que nesse sentido têm tomado os organismos ligados ao problema indígena, como é o caso, por exemplo, do **Conselho Nacional de Proteção aos Índios**.

Procura o prof. Boehrer situar o Patriarca dentro das idéias predominantes na sua época, para daí definir as suas próprias idéias (de José Bonifácio) em relação à “civilização” dos nossos índios. Assim, é sômente dentro das limitações que a perspectiva de tempo nos oferece que podemos considerar o que se pensava a respeito do problema indígena brasileiro.

Teve ainda o autor a preocupação de cotejar as diferentes edições feitas até hoje do texto principal dos **Apontamentos**, evidenciando as suas discrepâncias. Mostra-nos, também, a “cobertura” que o Positivismo deu ao projeto e às idéias que êle defendia, excluindo contudo a participação religiosa agasalhada pelo Patriarca, mas refugada pelos positivistas.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA

\*  
\* \*

CHÜN-TU-HSÜEH. — **Huang Hsing and the Chinese Revolution.**  
Stanford. Califórnia. Stanford University Press. 1961, 260  
pp.

Este estudo sôbre a Revolução de 1911, que depôs a dinastia mandchú que desde o século XVII dominava o Celeste Império e implantou a República, inaugurando assim a história moderna da China, liga-se à vida universitária norte-americana. Foi elaborado nas Universidades de Colúmbia e Stanford, em cuja coleção de **Studies in History, Economics and Political Science** (vol. XX) foi publicado. Apresenta, assim, as qualidades técnicas que se exigem em trabalhos desta natureza: investigação rigorosa e exaustiva das fontes originais, apresentação cuidadosa e objetiva do material.

O tema é a ação política de Huang Hsing, co-fundador da República Chinesa, ao lado do famoso Sun Yat-sen. Trata-se, como nota o autor, de uma liderança dupla; mas, enquanto Sun Yat-sen tem sido objeto de numerosos estudos, muito pouco se escreveu sôbre a personalidade e a atuação de Huang Hsing. O presente livro visa exatamente preencher esta lacuna, e por isso o autor dá ênfase à participação do biografado no curso dos acontecimentos. O que pretende é, pois, contribuir com um elemento para posteriores estudos que permitirão reconstituir em conjunto a história do período revolucionário.

Assim, estuda-se a atuação de Huang Hsing e Sun Yat-sen anterior ao encontros de ambos em 1905, no Japão, ponto de convergência dos revolucionários chineses, quando promoveram a criação da Liga Revolucionária Unida da China (**Chung-kuo Ko-ming Tung-meng Hui**), e as numerosas tentativas infrutíferas que este organismo provocou, entre 1905 e 1910, para derrocar a dinastia Ching. Completa-se assim o quadro da fase preparatória, analisando-se em seguida a Revolução vitoriosa de 1911, e a implantação e organização da China Republicana pelo Kuomintang ("partido nacional", sucessor da Liga), que entretanto se encaminha para a ditadura militar do general Yuan Shih-kai. Os últimos capítulos estudam a ação dos dois líderes no exílio organizando a "segunda revolução", aliás fracassada, contra Yuan Shih-kai, suas divergências e afastamento, até a morte de Huang Hsing em 1916.

Além da exposição minuciosa dos fatos, o livro contém longas transcrições de documentos originais, devidamente traduzidos, tornando-se acessíveis, destarte, aos historiadores do Ocidente. Esta é mesmo, talvez, uma das principais qualidades da obra, numa vez que a análise do processo político não se aprofunda na indagação das suas determinações estruturais, ficando num nível mais biográfico e descritivo. É no plano documental e biográfico, efetivamente, que a nosso ver se situa sua contribuição, que é importante. De fato, em conjunto, a obra nos dá uma reconstituição muito viva da personalidade do chinês idealista que, respondendo certa vez aos críticos que afirmavam não estar a China "preparada" para a república re-

representativa, escreveu: “a melhor e única escola para a democracia é a democracia” (p. 186).

**FERNANDO A. NOVAIS**

\*

\* \*

PAYNE (Stanley G.). — **Falange: a History of Spanish Fascism.** Stanford. Califórnia. Stanford University Press. 1961, 316 pp. (Coleção **Stanford Studies in History, Economics, and Political Science**, vol. XXII).

O Autor do presente trabalho, procurando investigar os fundamentos históricos do atual regime espanhol, fixa com muita nitidez a área de sua investigação: trata-se de análise de apenas um aspecto da agitada vida política da Espanha na década de trinta, ou seja o fascismo espanhol. O que se visa, pois, é a contribuição que, para o entendimento da vida política da Espanha contemporânea, pode resultar de uma história objetiva do fascismo hispânico. Pois é claro que a facção fascista é apenas um componente no jôgo político do período e, como a própria obra explicita, não o mais importante. Isto pôsto, e como historiador, o autor se preocupa desde logo em discernir a especificidade do fascismo espanhol em contraposição às variantes que o mesmo movimento apresenta noutros países.

Assim, o trabalho parte de uma apresentação das condições gerais do período (cap. I). Dentro das violentas tensões políticas e sociais do nosso século, depois da primeira guerra mundial, exacerbaram-se as reivindicações trabalhistas e os movimentos socialistas de esquerda num polo, e noutro os nacionalismos conflitantes. Disto resultou abrir-se o caminho para o advento e expansão dos movimentos “nacional-socialistas”, hibridismo contraditório, cuja função, segundo o autor, consistia em, através do contróle estatal “corporativo” das forças econômicas em nome da “nação”, sofrer a vaga da rebelião proletária. Nas suas próprias palavras: “misturar nacionalismo e socialismo, ou usar o primeiro para controlar o segundo” (p. 1). Examina-se em seguida como estas condições gerais se manifestavam na Espanha: o atraso econômico acentuando as tensões, ao mesmo tempo dificultando a tomada de consciência e organização das lutas políticas; por outro lado, desigualdades regionais muito pronunciadas complicavam extraordinariamente o quadro dos grupos e posições, misturando movimentos separatistas (como o da Catalunha) com conflitos de classes. Tudo permeado por um denso passado histórico, onde a Igreja desempenha papel fundamental, marcando incisivamente a consciência ibérica. Daí estreitar-se perigosamente a faixa do “centro” que acredita nas possibilidades e virtudes do regime representativo liberal, atacado pelas numerosas facções da esquerda revolucionária e da direita tradicionalista. O au-

tor se alonga, naturalmente, na caracterização das direitas espanholas: a sua particularidade é que a tônica está no tradicionalismo; os poderosos grupos clericais, monarquistas ou simplesmente direitistas estão voltados mais para o passado que para o futuro, são antes de tudo restauradores. O movimento da Falange Espanhola tentará precisamente, ainda que incorporando a tradição, formular uma perspectiva nova e original, programando reformas ajustadas ao momento histórico e à “alma” hispânica; ou, em outras palavras, a Falange se propunha adaptar à Espanha o nacional-socialismo ou corporativismo que se ia elaborando nos outros países europeus. Assim se distingue tanto das demais direitas espanholas, com as quais conflitou várias vezes e sempre se alinhou com dificuldade, e igualmente dos demais fascismos europeus, em relação aos quais forcejou por manter-se autônoma, — e nisso reside, segundo o autor, a sua peculiaridade.

Nesta perspectiva, o autor retraça a história do movimento que teve em José António Primo de Rivera y Saenz de Heredia o seu grande protagonista, desde as origens até a sua situação atual. Dois capítulos (II e III) dedicam-se à análise dos pródromos, isto é, a atuação de Ramiro Ledesma Ramos e de Onésimo Redondo e a formação de Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista; em seguida a emergência (cap. III) de José António na arena política, e a fundação, em outubro de 1933, da Falange Espanhola das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) (cap. IV). Os três capítulos seguintes (V, VI e VII) analisam a inserção do novo organismo na agitada vida política espanhola e suas lutas internas; a inevitável organização bélica dos grupos de choque face à violência generalizada em que se desenrolava o processo político da república dominada pela direita tradicional (CEDA e Radicais), seus organismos nos meios operários (pouca penetração) e (muita) universitário; a evolução no sentido da chefia única (“jefatura única”, “caudillaje”) afinal assumida em meio a tensões internas por José António, com a expulsão de Ledesma Ramos; enfim a configuração ideológica e organizatória que o “Jefe Único” imprime ao partido. Segue-se (capítulos VIII a XIV) o estudo das eleições de 1936 e a eclosão da guerra civil: José António, prêsso desde o início do conflito sangrento na Espanha Republicana, é executado em fins de 1936, e a Falange perde o seu líder. Dada a ideologia e a organização do partido, sendo básica a liderança pessoal, a Falange, embora participando ativamente da luta armada, cinde-se em lutas internas, e é incapaz de assumir a direção do movimento político na Espanha Nacionalista; assim, acaba sendo acaparada à violência pela ditadura militar dirigida pelo generalíssimo Francisco Franco, forçando-se a fusão com o movimento carlista (Comunión Tradicionalista), de que resulta a Falange Espanhola Tradicionalista de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista, “um nome muito desajeitado, refletindo sua composição eclética” (p. 169). Os últimos capítulos (XV, XVI e XVII) explicitam o esforço um tanto inglório da Falange “autêntica” por sobreviver dissolvida na “Nova Espanha” de Franco.

Encarada em conjunto, a obra resulta uma história detalhada da Falange Espanhola, ao longo das vicissitudes e metamorfoses por que vem passando. Desta forma, e preenchendo o desiderato inicial, constitui-se num elemento indispensável para, ao lado de novas contribuições voltadas para a análise dos outros setores da vida política espanhola, se empreender uma visão de conjunto. Outra foi a perspectiva adotada por Hugh Thomas que tentou diretamente um balanço global, no seu belo livro sobre a guerra civil. Ambas nos parecem válidas. Na obra de Stanley Payne, é de salientar-se também o rigor técnico e metodológico com que foi executada, característico aliás dos trabalhos universitários norte-americanos: investigação segura de fontes de vária natureza, incluindo, o que é assaz significativo, entrevistas com alguns dos atores do drama (seríamos tentados a dizer “tragédia”) da Espanha de nossos dias. A preocupação de manter a objetividade em meio a um tema explosivo foi valentemente observada, diríamos que até mesmo em excesso, pois em alguns passos faz declinar o espírito crítico. Assim, a atitude empática com que aborda sempre a figura de J. A. Primo de Rivera, personalidade irrecusavelmente marcante, leva talvez imperceptivelmente o autor a procurar isentá-lo de muitas posições assumidas pelos seus seguidores, ou mesmo a afirmar (p. 77) que, apesar de manter um retrato autografado de Mussolini no seu escritório, José Antônio não tinha nenhum respeito pessoal pelo líder italiano.

Além disso, parece-nos que a preocupação em si mesma louvável de preservar a objetividade, conduziu o autor a manter-se no plano puramente descritivo em longos trechos, introduzindo assim certa desarmonia no conjunto da obra. A delimitação do tema, por outro lado, foi levada a efeito, a nosso ver, com excessivo rigor: tudo o que não dizia respeito diretamente ao objeto de análise foi relegado a um pano de fundo um tanto nebuloso. Por exemplo, o impacto da crise econômica geral, de 1929, sobre a Espanha merecia uma análise atenta em suas relações com a queda da monarquia, e não uma simples menção. Na realidade, afigura-se-nos que este é um problema de ênfase e perspectiva que não foi bem compreendido; era indispensável repensar o conjunto à base do segmento estudado, e isto não foi feito. São estas, entretanto, imperfeições que, a nosso ver, não anulam o valor da contribuição, que procuramos destacar acima.

FERNANDO A. NOVAIS

\*

\*     \*

**Amazônia — Bibliografia.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Pesquisas, 1963, 832 págs.

A Amazônia tem sido, desde o povoamento inicial do Brasil, um permanente desafio à iniciativa oficial e particular, nacional e estrangeira. Dessa situação nasceu, como era de esperar-se, um especial

interêsse, como nenhuma outra área do país conseguiu provocar, dando resultado por sua vez a uma bibliografia das mais vastas, que tem vasculhado aquela região em todos os sentidos e domínios cognoscíveis, numa abordagem que tenta responder assim ao desafio que ela lançou.

Justamente para o levantamento dessa bibliografia de quase quatro séculos, obra esmorecedora, não apenas pelo volume, mas pela sua complexidade, como também pela inacessibilidade de muitos textos, é que vêm de congregar-se três das mais importantes instituições de investigação científica que possuímos, ou seja, o Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

O resultado é este alentado volume, extraordinário cometimento, cuja publicação não deve passar despercebida dos cientistas brasileiros, pelo que ela representa como pesquisa, além de constituir excelente instrumento de trabalho, compreendendo quase tudo quanto se pretenda estudar da Amazônia: geografia, folclore, história, geologia, botânica, zoologia, literatura, economia, etnografia, etc., etc.

Arrolando nada menos de 7.688 títulos, em louvável critério seletivo e obedecendo nos mínimos detalhes às convenções que disciplinam a moderna bibliografia, o volume foi elaborado dentro da Classificação Decimal Universal, o que o torna sem dúvida da mais alta valia para todos os pesquisadores, movidos que estejam pelos mais diferentes objetivos de trabalho. Além do mais, a bibliografia inclui índices de autores e de assunto, o que dá ainda maior facilidade ao consulente.

Esse inventário, compreendendo a coleção e seleção dos mais diversos tipos de fontes de interêsse para a Amazônia, levou nada menos de nove anos de trabalho. Nêle estão insertos desde as próprias bibliografias amazônicas já publicadas, até os textos de lei, os diários de viagem, as comunicações de pesquisa e as monografias de alto nível, os artigos de jornal; enfim, desde a ciência até a ficção, tudo quanto se escreveu nas mais variadas línguas num dilatado período que vai de 1614 a 1962.

Assentada no trabalho pioneiro do etnógrafo Rodolpho R. Schuller, do Museu Paraense "Emílio Goeldi", que levantou 1.897 títulos para uma **Bibliografia Amazônica**, a obra agora editada pelo IBBD ampliou de maneira impressionante aquêlê rol, inclusive corrigindo-o.

Reconhecendo que dificilmente pode publicar-se em caráter definitivo uma biografia, seja ela sinalética ou analítica, o IBBD já anunciou uma nova edição revista e aumentada desta da Amazônia, abrindo assim a possibilidade de todo estudioso colaborar, remetendo informações que possam enriquecer ainda mais o inventário ora publicado.

Coroamento digno da obra será realmente a preocupação de reunirem-se no futuro todos os textos relacionados na Bibliografia para a formação de um **Centro de Informações Científicas da Amazônia**,



conforme a inteligente sugestão que vai contida no seu Prefácio. Assim, também a transformação dessa bibliografia em analítica numa próxima edição, seria dar uma nova e custosa dimensão a um trabalho já de si tão merecedor do mais franco e caloroso acolhimento.

**JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA**